

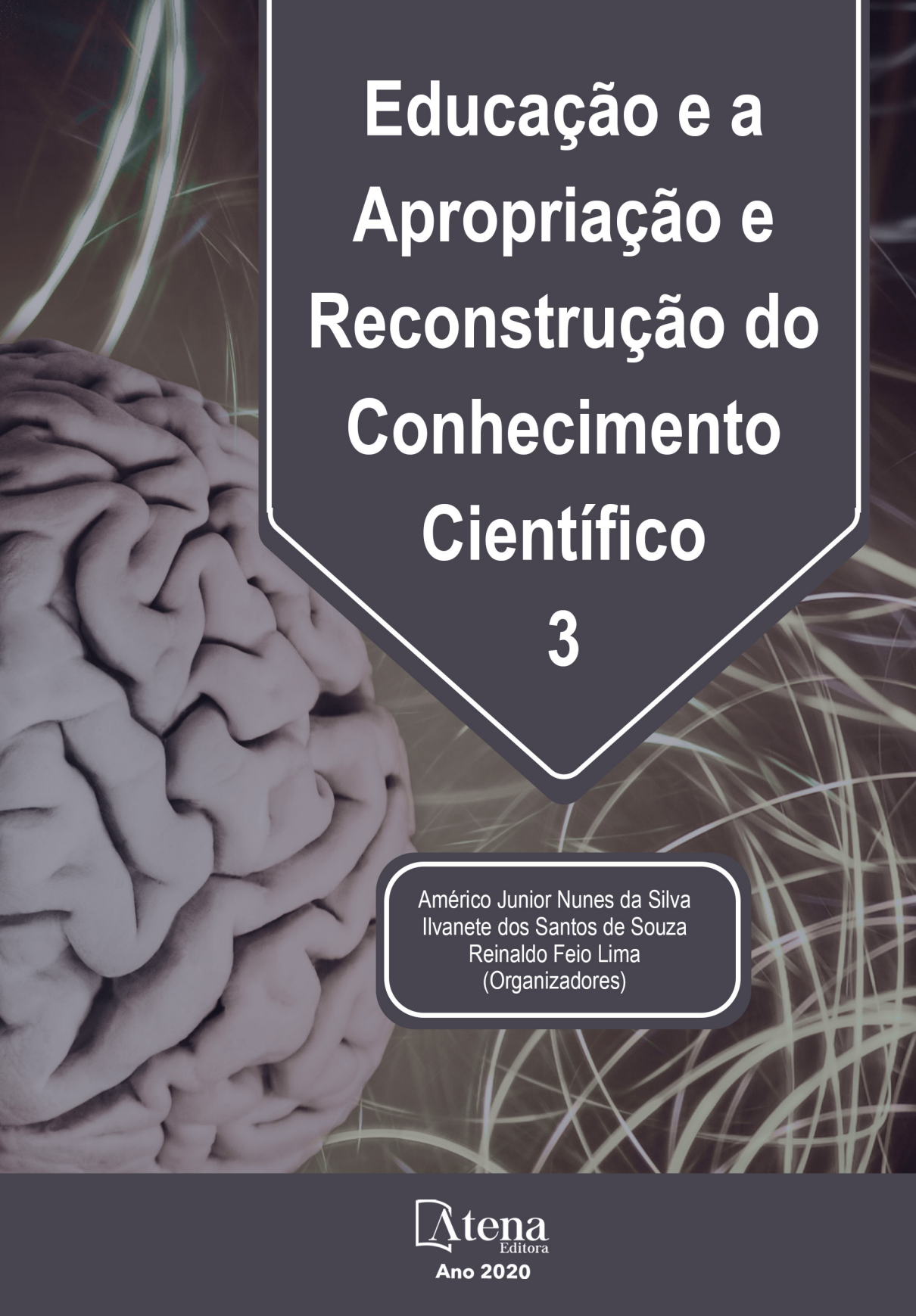
Educação e a Apropriação e Reconstrução do Conhecimento Científico

3

Américo Junior Nunes da Silva
Ivanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima
(Organizadores)

 **Atena**
Editora

Ano 2020



Educação e a Apropriação e Reconstrução do Conhecimento Científico

3

Américo Junior Nunes da Silva
Ivanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima
(Organizadores)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: David Emanuel Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação e a apropriação e reconstrução do conhecimento científico 3 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Ilvanete dos Santos de Souza, Reinaldo Feio Lima. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-609-6

DOI 10.22533/at.ed.096202711

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Souza, Ilvanete dos Santos de (Organizadora). III. Lima, Reinaldo Feio (Organizador). IV. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

Esta obra surge no bojo de uma pandemia: a do novo coronavírus. Contexto marcado pelo distanciamento social e conseqüentemente a suspensão das atividades presenciais em escolas e universidades. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a pandemia da COVID-19 já impactou os estudos de mais de 1,5 bilhão de estudantes em 188 países. E é nessa conjuntura de um “novo normal” que os autores dessa obra organizam as produções que compõem este volume.

Boaventura de Souza Santos¹ em sua obra “A cruel pedagogia do vírus” nos apresenta algumas reflexões sobre os desafios desse período emergencial e lança luz sobre as desigualdades sociais evidenciadas por esse panorama. E conseqüentemente, na Educação, esses aspectos compactuam de algum modo, ao acentuar a exclusão daqueles que não conseguem adequar-se desencadeando impactos no ensino como, por exemplo, acesso a tecnologia, reinvenções metodológicas e a mudança de rotina da sala de aula, dentre outros. O cenário emergencial potencializa os desafios e traz à baila as fragilidades do ensino, ainda em fase de apropriação, pois precisam ser compreendidos, ou seja, as informações carregam intencionalidade.

As discussões realizadas neste volume 3 de “**Educação e a Apropriação e Reconstrução do Conhecimento Científico**”, perpassam pela Educação e seus diferentes contextos e reúnem estudos de autores nacionais e internacionais. Este livro, portanto, reúne trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional brasileiro. Os capítulos que compõe essa obra abordam, de forma interdisciplinar, a partir da realização de pesquisas, relatos de casos e revisões, problemas e situações comuns do contexto educacional.

Por fim, ao levar em consideração todos os elementos que apresentamos anteriormente, esta obra, a partir das discussões que emergem de suas páginas, constitui-se enquanto importante leitura para aqueles que fazem Educação no país e que se interessam pelas temáticas aqui discutidas. Nesse sentido, desejamos uma boa leitura a todos e a todas.

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima

1 SANTOS, Boaventura de Sousa. A Cruel Pedagogia do Vírus. Editora Almedina, Portugal. 2020.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: DESAFIOS SOCIAIS E FORMATIVOS

Christiane Andrade Regis

Katia Siqueira de Freitas

DOI 10.22533/at.ed.0962027111

CAPÍTULO 2..... 11

CURRÍCULO ESCOLAR E OS SABERES LOCAIS: PERCEPÇÕES DOCENTES DE UMA COMUNIDADE RURAL

Leonardo Augusto Couto Finelli

Rânely Nayara Pereira Cruz

DOI 10.22533/at.ed.0962027112

CAPÍTULO 3..... 19

O PLANEJAMENTO COMO FERRAMENTA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO TEMPO DE BRINCAR: O TEMPO E O ESPAÇO A FAVOR DA LIBERDADE DE ESCOLHA DAS CRIANÇAS QUE PERMANECEM NA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

Natalia Francisca Cardia dos Santos

Karina Rodrigues de Melo Andrade

DOI 10.22533/at.ed.0962027113

CAPÍTULO 4..... 26

PERSPECTIVAS PARA A AÇÃO PROFISSIONAL: UMA CARTA PEDAGÓGICA À UNIVERSIDADE BRASILEIRA. SOBRE A RECRIAÇÃO DE MIM

Aline Graziela Szczesny Mancilha

Dilmar Xavier da Paixão

DOI 10.22533/at.ed.0962027114

CAPÍTULO 5..... 31

A ABORDAGEM CTSA E A APLICAÇÃO DE PEDAGOGIA INOVADORAS: A MORADIA COMO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ESCOLA

Cacilene Moura Tavares

Cleudes Carvalho de Oliveira

Ana Karla Barbosa Lima

Mayara Cristina Figueiredo Lima

Nazarena Guimarães

Sidilene Brito da Silva

Valdirene Barbosa da Silva

Gissele Christine Tadaiesky Vasconcelos

DOI 10.22533/at.ed.0962027115

CAPÍTULO 6..... 40

A CONCEPTUAL REVIEW: DEWEY AND MAKARENKO'S PEDAGOGICAL IDEAS IN THE LATIN AMERICAN CONTEXT

Xóchil Virginia Taylor Flores

Antonio Padilla Arroyo

DOI 10.22533/at.ed.0962027116

CAPÍTULO 7	52
ESTRATÉGIAS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORAS NO ENSINO SUPERIOR: O ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA EDUCALAB	
Priscila Monteiro Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.0962027117	
CAPÍTULO 8	63
ASSISTÊNCIA SOCIAL ALÉM DA FILANTROPIA: PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA AOS FILHOS DOS OUTROS NA CIDADE DE SÃO PAULO (1890-1927)	
Ricardo Felipe Santos da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.0962027118	
CAPÍTULO 9	74
LUTO DO FILHO IDEALIZADO: A INESPERADA DEFICIÊNCIA FÍSICA	
Emanuelle Beatriz da Silva Castro	
Jacqueline Farias Galvão	
Karina da Silva Rui	
DOI 10.22533/at.ed.0962027119	
CAPÍTULO 10	83
O ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS EM UM ABRIGO INSTITUCIONAL	
Trayce Kelly Carvalho Alvim	
DOI 10.22533/at.ed.09620271110	
CAPÍTULO 11	92
ESCRITAS FEMININAS: INFÂNCIAS E JUVENTUDES VIVENCIADAS E RECRIADAS	
Priscila Kaufmann Corrêa	
DOI 10.22533/at.ed.09620271111	
CAPÍTULO 12	104
O METRÔ DE SÃO PAULO COMO AGENTE DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA	
Diamantino Augusto Sardinha Neto	
Fábio Gonçalves Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.09620271112	
CAPÍTULO 13	116
CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: MOVIMENTOS DE (RE) APRENDER A SER DOCENTE	
Cacilene Moura Tavares	
Kelly Rebeca Castanheira Oliveira	
Tamara Almeida Damasceno	
Herica Teixeira Simão	
DOI 10.22533/at.ed.09620271113	

CAPÍTULO 14	128
ENSINO DE BIOLOGIA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: MAPEAMENTO DE ARTIGOS SOBRE O TEMA NO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES	
Deisiré Amaral Lobo	
Angélica Conceição Dias Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.09620271114	
CAPÍTULO 15	140
EQUATORIAL “PAZOS” DO OBSERVATÓRIO DO VALONGO: ORIGEM E TRAJETÓRIA	
José Adolfo Snajdauf de Campos	
DOI 10.22533/at.ed.09620271115	
CAPÍTULO 16	150
A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA PAULISTA NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1920: PERMANÊNCIAS E DESLOCAMENTOS NO IDEÁRIO DO ENSINO INTUITIVO	
Aparecida Rodrigues Silva Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.09620271116	
CAPÍTULO 17	160
A TRANSDISCIPLINARIDADE DOS ESTUDOS DE PAULO FREIRE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA AS PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO	
Carlos Eduardo Poerschke Voltz	
Juliana Poerschke Voltz	
José Antonio Ribeiro de Moura	
Cidmar Ortiz dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.09620271117	
CAPÍTULO 18	173
RELATO DE EXPERIÊNCIA: PRODUZINDO SAÚDE ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO	
Viviane Mikaelle Lopes Maciel	
Dilene Fontinele Catunda Melo	
Fernando Cândido Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.09620271118	
CAPÍTULO 19	179
EDUCAÇÃO FEMININA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: ESTADO DA ARTE EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO NORDESTE BRASILEIRO	
Aline de Medeiros Fernandes	
Aliny Dayany Pereira de Medeiros Pranto	
Gillyane Dantas dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.09620271119	
CAPÍTULO 20	189
O ENSINO SUPERIOR NA QUALIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM PROTEÇÃO CIVIL – UM MODELO METODOLÓGICO DE PESQUISA	
Manuel João Ribeiro	
Ana Paula Oliveira	

Paulo Gil Martins

Ana Barqueira

DOI 10.22533/at.ed.09620271120

SOBRE OS ORGANIZADORES201

ÍNDICE REMISSIVO.....203

A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA PAULISTA NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1920: PERMANÊNCIAS E DESLOCAMENTOS NO IDEÁRIO DO ENSINO INTUITIVO

Data de aceite: 01/11/2020

Data de submissão: 04/08/2020

Aparecida Rodrigues Silva Duarte

GHEMAT Brasil - Grupo Associado de Estudos e Pesquisas sobre História da Educação Matemática
São Paulo – SP
<http://lattes.cnpq.br/8300934292118606>
<https://orcid.org/0000-0002-8523-1902>

RESUMO: Este estudo é uma contribuição para a história da instrução primária do estado de São Paulo, nos anos iniciais da década de 1920, quando o método intuitivo sofreu significativa mudança de interpretação e surgiram deslocamentos operados no ideário da pedagogia intuitiva. Nesse período, ocorreu uma reforma da instrução pública nesse estado, idealizada por Sampaio Dória que pretendia combater o analfabetismo e difundir um novo modelo de organização do sistema escolar. As principais fontes utilizadas neste estudo são os Anuários do Ensino do Estado de São Paulo de 1920-1921, 1922 e 1923 os quais apresentam vestígios desses deslocamentos. Os documentos revelam que embora os reformadores permanecessem fiéis à adoção do método intuitivo, há indícios de incorporação de elementos característicos do futuro movimento escolanovista no Brasil.

PALAVRAS - CHAVE: Instrução Primária. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo. Método Intuitivo.

PAULIST PRIMARY EDUCATION IN THE BEGINNING OF THE 1920S: PERMANENCES AND DISPLACEMENTS IN THE IDEAS OF INTUITIVE TEACHING

ABSTRACT: This study is a contribution to the history of the primary education in the state of São Paulo, in the early years of the 1920s, when the intuitive method underwent a significant change in interpretation and shifts occurred in the ideology of intuitive pedagogy. During this period, there was a reform of public education in that state, idealized by Sampaio Dória, who intended to combat illiteracy and spread a new model of organization in the school system. The main sources used in this study are the Anuários do Ensino do Estado de São Paulo of 1920-1921, 1922 and 1923 which present traces of these displacements. The documents reveal that although the reformers remained faithful to the adoption of the intuitive method, there are signs of incorporating elements characteristic of the future escolovista movement in Brazil.

KEYWORDS: Primary Education. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo. Intuitive Method.

1 | PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

Escutar os mortos com os olhos foi a expressão utilizada por Chartier (2014) para chamar a atenção dos historiadores sobre os vestígios contidos em documentos antigos, aqueles que deixam registradas as palavras dos mortos para recordar feitos ou relatos de vida. Somente a leitura desses escritos não significa “escutar os mortos com os olhos”. O historiador

deve decifrar os significados construídos pelas várias formas em que esses impressos estão inscritos, ou seja, sob formas impressas diferentes podem ser “diversamente apreendidos, manipulados, compreendidos” (1991). Procura desconstruir a ideia de que só existe um modo de ler possível, suscitando um mesmo significado.

Esforzando-se para escutar os mortos com os olhos, este estudo intenta verificar os novos significados que emergem do ideário da pedagogia intuitiva no início da década de 1920, época de transição em que urgia por em prática um projeto liberal capaz de recompor o regime republicano. Os pensadores republicanos apontavam as ineficiências institucionais, incapazes de fortalecer e modernizar a sociedade brasileira percebendo o Brasil como atrasado, inculto, conservador e oligárquico. A instrução pública era vista como alternativa adequada para inserir o povo na política e na república. O indivíduo educado era “capaz de combater a tirania, o obscurantismo e apreciar com isenção de espírito os atributos da sociedade racional” (MONARCA, 1989, p. 44).

Trata-se de uma época em que o padrão cívico-patriota se mistura com as ideias renovadoras, e nesse cenário se introduzem, quando muito, elementos secundários, auxiliares em tempos de reconstrução nacional,

Proclamada a República, aboliram-se os privilégios de classe, cor, raça, religião etc., através dos direitos civis e jurídicos, surgia o cidadão da República o *citoyen*. Como regime igualitário em sua essência o novo regime acabou por provocar angústias no pensamento culto, obrigando-o a repensar a organização social, para buscar formas de inserir o povo na política e manter a estabilidade social [Grifos do autor]. (MONARCA, 1989, p.56).

No início da década de 1920, foram realizadas significativas mudanças no sistema educacional em São Paulo, consideradas necessárias para instaurar um estado moderno, que respondesse às reivindicações sociais.

Para Fernando de Azevedo,

O primeiro sinal de alarme que nos colocou francamente no caminho da renovação escolar foi a reforma empreendida em 1920 por Antonio Sampaio Dória que, chamado a dirigir a instrução pública em São Paulo, conduziu uma campanha contra velhos métodos de ensino, vibrando golpes tão vigorosamente aplicados à frente constituída pelos tradicionalistas que panos inteiros do muro da antiga escola deveriam desmoronar. (AZEVEDO *apud* CARVALHO, 2010, p. 19).

A reforma paulista instituída por Antonio Sampaio Dória e efetivada na Lei 1750 de dezembro de 1920¹ tinha como uma das principais metas o combate ao analfabetismo, que na época grassava o estado de São Paulo, estando na ordem de 77% em 1920, de acordo com Sizenando Rocha Leite, delegado de ensino do estado de São Paulo, da 11^a Região (ANUÁRIO, 1923). A alfabetização se mostrava como questão primordial brasileira e os imigrantes, passam a ser vistos como ameaça para o desenvolvimento do país, havendo

¹ A Reforma Sampaio Dória foi revogada em 1925.

urgente necessidade de homogeneizar a nação. “Além do combate ao analfabetismo, reagia-se ao surgimento de outros tipos de escola na sociedade paulista, tais como escolas privadas estrangeiras, escolas ligadas ao movimento anarquista e a entidades de cultura negra” (CAVALIERE, 2003, p. 33).

A primeira medida tomada por Dória foi a realização de um recenseamento escolar, que serviu como suporte para a padronização escolar, para tomada de providências para melhor aproveitamento de recursos e organização do sistema educacional.

Para promover a uniformização do ensino primário, a Reforma reduziu o curso primário de quatro para dois anos, obrigatório e gratuito para crianças entre nove e dez anos; instituiu o ensino médio de dois anos; o ensino complementar de três anos; o ensino secundário (ginásios e escolas normais); o ensino profissional e o ensino superior, como forma de ampliar o número de vagas nas escolas e combater o analfabetismo.

Diante desse cenário, este artigo apresenta um estudo, ainda em fase preliminar, que intenta analisar deslocamentos operados no ideário da pedagogia intuitiva durante a reforma da instrução pública de 1920, utilizando como fontes Anuários do Ensino do Estado de São Paulo de 1920-1921, 1922 e 1923. Os discursos expressos nos anuários de ensino do Estado de São Paulo² informam sobre a educação naquele estado sob o viés da administração pública, contendo prescrições legais e recomendações necessárias para a obtenção de um ensino homogêneo. Embora somente apresentem a versão da administração, permitem traçar um quadro do ensino paulista, ao indicarem as ideias das autoridades paulistas no âmbito da instrução pública, revelando suas representações³ acerca de tornar a instrução pública uniforme e integrada.

Os anuários de ensino da década de 1920 constituíam-se de relatórios elaborados pela Diretoria Geral da Instrução Pública e apresentados ao Secretário do Interior, com a devida autorização do governo do Estado de São Paulo. Essa autorização, que vem expressa na primeira página dos anuários analisados, revela a submissão da instrução pública à administração paulista.

2 | OS ANUÁRIOS DE ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO (1920-1923)

O Anuário de 1920-1921 contém um relatório apresentado por Guilherme Kuhlmann⁴, Diretor Geral da Instrução Pública de São Paulo ao Secretário do Interior. No relatório, Kuhlmann exhibe dados estatísticos sobre a reforma em curso. Exhibe ainda a publicação do decreto n. 3.356, de 31 de maio de 1921, o qual regulamenta a lei n. 1.750,

2 Começaram a ser publicados em 1908 indo até 1925. Voltaram a ser publicados em 1935/1936 e 1936/1937.

3 Para Chartier “As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (1990, p.17).

4 Guilherme Kuhlmann, auxiliar de Sampaio Dória, o substituiu e implantou a Reforma de 1920, de autoria de Dória. Com sua posse, ocorreu o rompimento entre os dois. Sampaio Dória comenta sobre esse rompimento em seu livro, “Questões de Ensino”, publicado em 1923 (SOUTO, 2003).

de 8 de dezembro de 1920 e que trata da reforma da instrução pública do estado de São Paulo. Segundo esse decreto, em seu artigo 23, competia ao diretor da instrução pública reunir semestralmente, delegados regionais e diretores das escolas normais, profissionais e ginasiais, para estudar questões referentes ao ensino público.

Assim, a última parte do Anuário é dedicada às conclusões e memoriais apresentados nas reuniões do Conselho de Educação, realizadas na cidade de São Paulo nos dias 20 a 25 de julho de 1921, em conformidade com o artigo 23 do decreto n. 3.356, de 1921. Coube ao senhor Guilherme Kuhlmann inaugurar a reunião do Conselho, incitando os participantes a terem firmeza e coesão, já que estavam passando por um período de transição.

A primeira comissão dedicou-se a responder a questão “Como tornar o ensino primário mais eficiente?” e leva a assinatura de Romano Antenor Barreto, às p. 278-288. A constatação de que o ensino primário naquele momento não era eficiente, animou a Comissão a proceder a uma investigação nos grupos escolares paulistas. Segundo o relator, podia-se confiar na eficiência dos grupos escolares e das escolas reunidas, “ponto de partida de todas as carreiras, de todos os caminhos que levam os homens à vida plena, com a segurança da vitória” (p. 280). Preocupava-o, no entanto, o andamento das escolas isoladas. O professor, depois de um ano lecionando nas escolas isoladas, tinha o direito de pedir remoção para uma escola mais próxima da cidade, com melhor remuneração. Essa situação fazia com que as escolas isoladas tivessem professores em trânsito. A recomendação dada pelo relator era de que se igualassem os vencimentos de todos os professores das escolas isoladas do estado. Reivindicava ainda melhores condições físicas para as escolas, em termos de instalações e de materiais educativos. Segundo o relator, além da missão de alfabetizar, o professor deveria ser dotado de noções de psicologia das pessoas que residiam na zona rural, durante seus estudos nas escolas normais, de modo a conhecer as particularidades da região.

O relator defendeu ainda a necessidade de promover encontros regulares de professores das escolas isoladas, com o intuito de ler e comentar preceitos legais e pedagógicos necessários para o bom andamento da escola: “Só assim o educador poderá desempenhar o seu mister em cada célula de homens do organismo social. Para os novos ele será o ponto de convergência de todas as atenções, de todo interesse, como o será para os velhos do prestígio a que fizer justiça” (p. 287).

No item intitulado “Tese IV – Sugestões para uniformização dos processos de ensino de leitura e aritmética” a comissão encarregada daquela tese afirmou que não era possível uniformizar os processos de ensino, no máximo, poder-se-ia uniformizar os métodos. Essa falta de uniformidade teria origem, dentre outras, na diversidade de orientações dadas à pedagogia e nas práticas pedagógicas adotadas nas escolas normais e na diversidade de cartilhas adotadas nas escolas.

A tese VI foi assinada por Renato Jardim. Dentre os assuntos tratados, discorreu sobre o ensino da Psicologia nas escolas normais. A tese defendida era a de que não se

devia dar atenção à psicologia metafísica, aquela dedicada à natureza do espírito e às faculdades da alma. Ao contrário, as escolas normais deveriam proceder ao estudo da psicologia aplicada à educação, especialmente à da criança.

Parece que em qualquer lição e psicologia o ponto de partida deveria ser uma observação direta do aluno de um fato de consciência que o professor provocaria, e que a lição deveria constituir da palestra a respeito entre o professor e a classe. Substituir esta lição via pela reprodução de longos enunciados de um compêndio, utilizar-se para dar conhecimento de um fenômeno de consciência, de definições, de fórmulas feitas, de determinada explanação encontrada pelo aluno em um livro, como se, se tratasse de alguma coisa só possível de conhecer através de alheia notícia, parece uma aberração. Pelo menos, a ordem de desenvolvimento do curso não deverá ser – pensamos – a ordem regressiva, comumente seguida. O estudo dos fatos dos mais simples aos mais complexos e a inferência por indução das suas causas e das leis que a eles presidem, sem a preocupação obsedante da ordem lógica dos assuntos, é o que nos parece convir.

[...] No que se refere à experimentação com o auxílio de aparelhos, à psicologia de laboratório, o conhecimento do aluno deve ser colhido diretamente, fazendo ele ou pelo menos vendo fazer as experimentações. A par disso evitar-se o verbalismo inútil, as fórmulas complicadas e abstratas com que se dividem os assuntos do programa, expressos e luxuosos títulos e subtítulos, e sobretudo, fazer reportar-se cada lição feita, cada fato estudado, à sua aplicabilidade à educação. (JARDIM *apud* SÃO PAULO, 1921, p.350-351).

Cabe lembrar que, segundo entendimento de Carvalho (2000) a instalação do Laboratório de Pedagogia Experimental, no Gabinete de Psicologia e Antropologia Pedagógica, anexo à Escola Normal da capital paulista, em 1914, talvez tenha sido a mais ambiciosa iniciativa de implantação de práticas tidas como científicas no campo da pedagogia. Posteriormente, essas práticas irão dar ensejo à pedagogia científica, uma forma de pensar a educação e conduzir os ensinamentos no âmbito do escolanovismo, justificado por elementos da psicologia experimental e pela aferição estatística (VALENTE, 2014).

Para o ensino da Pedagogia, Renato Jardim considerou que,

[...] talvez a compreensão inteligente de parte do aluno dos preceitos de Pestalozzi ou dos de Spencer ou das lições de Calkins⁵, como único fruto de um curso de pedagogia, seja mais proveitoso que todo o emaranhado de teorias sobre educação e sobre métodos ordinariamente ministrados nos nossos cursos. (SÃO PAULO, 1921, p.351).

Recomendava-se, pois, a prática do ensino intuitivo, o qual permitia aos alunos ver, sentir e observar objetos, utilizando-se de variados materiais didáticos os quais incluíam maior quantidade de figuras, desenhos e cores. Opunha-se à memorização recorrendo ao

5 Em 1881, Rui Barbosa, a par das ideias pedagógicas advindas dos Estados Unidos, traduziu e adaptou o manual para professores *Primary object lessons for training the senses and developing the faculties of children*, de autoria de Norman Allison Calkins, obra de grande aceitação nos meios educacionais norte-americanos, a partir das ideias de Pestalozzi, sob o título *Primeiras lições de coisas*, publicada no Brasil em 1886.

uso dos sentidos para ascender ao conhecimento, partindo do concreto para o abstrato, pelo cultivo da observação, de modo que sua aplicação ficou conhecida pelo ensino como “lições de coisas”.

Entretanto, já se verifica na recomendação da Comissão da Tese VI uma centelha de transição e efetivação da modernidade ao enfatizar o método científico de observação, e por meio de experimentações, alcançar a teoria.

O anuário de 1922, também publicado e organizado pela Diretoria Geral da Instrução Pública, apresenta, igualmente, um relatório assinado por Guilherme Kuhlmann, Diretor Geral da Instrução Pública de São Paulo ao Secretário do Interior, Sr. Alarico Silveira.

Em suas considerações iniciais Kuhlmann enfatiza que

Há, presentemente, por parte de todos um vivo entusiasmo pelas coisas do ensino. Notamos, com satisfação, que a grande classe dos professores se ergue pelo trabalho e para o trabalho, evidenciando ante o juízo público, o seu valor e o papel patriótico que lhe cabe no progresso do país, no engrandecimento do povo e na soberania nacional. O interesse pelo ensino, sincero e leal, nobre e devotado é o que ora ativa as esperanças dos que veem na preparação eficiente das gerações vindouras, – a sagração definitiva dos ideais pátrios. (SÃO PAULO, 1922, p. 5).

Kuhlmann (SÃO PAULO, 1922) recomendava para uso dos professores os seguintes livros didáticos: Para a Aritmética, os livros de Trajano, Olavo Freire, FTD ou Martins. Para Geometria, a obra de Olavo Freire. Para problemas aritméticos, as recomendações foram as seguintes; Cadernos de autoria de Ramon Roca Dordal, Cadernos da Escola Americana de São Paulo, Guia do Raciocínio de autoria de Francisco Antunes e Arithmetica elementar de autoria de Büchler (1º ano primário) ⁶.

Os livros didáticos que o então Diretor Geral fez menção são fundamentados em uma abordagem intuitiva, como atestam análises dessas obras encontradas em investigações acadêmicas de autoria de Costa (2010), Oliveira (2013) e Leme da Silva (2014), para citar alguns pesquisadores.

Nas “Observações Gerais” para o curso primário, 1º ano, na matéria Números, esta se encontra dividida por secções: A, para cálculos até 100; B, para cálculos até 1000 e, C e D, para cálculos até 10.000. As outras matérias também foram divididas em secções, para classes com número maior do que 24 alunos, de modo que:

A divisão em secção A, secção B, secção C e secção D tem por fim facilitar o exercício das aulas. No começo do ano todas elas têm adiantamento de secção A, e no fim todas devem ter adiantamento de secção D, embora continuem a ser chamadas secções A, B, C, e D. Entretanto tais denominações ainda exprimirão o grau de desenvolvimento de cada uma das secções, isto é, a secção D conterà alunos ótimos e a secção A os alunos mais fracos, apesar de já terem vencido todos os passos e estarem nas condições do art.

⁶ Os livros mencionados pelo Diretor Geral a saber: Trajano, Olavo Freire, Dordal, Buchler, são livros didáticos fundamentados na abordagem intuitiva e estão disponíveis no endereço <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1772>.

No final do ano, os alunos que tiverem realizado com sucesso os exercícios propostos na secção B poderão ser promovidos para o 2º ano. No início do ano, todos os alunos deveriam fazer os exercícios da secção A e aos poucos as outras secções se formariam e cada uma delas fariam os exercícios propostos nas respectivas secções. No final do ano, todas as secções deveriam fazer os exercícios da secção C ou D. Ainda:

O professor do 2º ano primário iniciará seus trabalhos considerando os seus alunos como secção C, passando em revista os trabalhos desta secção, para depois entrar no programa do 2º ano. Poderá ocupar este trabalho de 1 a 2 meses, no máximo, segundo o estado geral da classe.[...]

A classe do 2º ano, ainda que constitua uma classe única, pode e deve ser considerada em três secções – A, B, C – sendo a 1ª formada com os alunos mais fracos, a 2ª com alunos médios e a 3ª, com os alunos mais adiantados. O ensino será graduado pelo adiantamento dos alunos médios, e será levado a efeito com relativa lentidão necessária para que os alunos mais atrasados possam aproveitar. (SÃO PAULO, 1922, p. 164-165).

Tratava-se, portanto, de dividir a classe em quatro partes, dependendo da classificação alcançada pelos alunos na resolução dos problemas de cada secção. Considera-se, assim, que havia uma preocupação técnico-pedagógica nas recomendações expressas nas “Observações Gerais”, buscando-se a homogeneidade da classe. Esse método garantiria, segundo os reformadores, a alfabetização em massa das crianças na faixa etária entre 9 e 10 anos, num período de dois anos, com duas horas e meia de aula por dia. Garantida assim estaria a uniformização do ensino primário.

O Anuário de 1923 também foi organizado pela Diretoria Geral da Instrução Pública, e leva a assinatura de Guilherme Kuhlmann, então Diretor Geral. Em entrevista à Revista Nacional, n. 10 de outubro de 1923 e publicada no Anuário de 1923, com o título “O ensino em São Paulo”, Kuhlmann se pronunciou acerca do ensino antes da Reforma de 1920:

O que se data até 1920, não era democrático, não estava de acordo com os ideais republicanos, nem consultava os altos interesses do Estado. Ao preclaro presidente de São Paulo, quando da apresentação de sua candidatura, não escapou a necessidade inadiável da solução imediata do problema. À sua visão extraordinária de administrador a questão se apresentou nítida e precisa. (SÃO PAULO, 1923, p. 16).

E conclui, afirmando que o desenvolvimento da instrução pública de São Paulo acompanhava a expansão do sistema educacional. Entretanto, segundo Cavaliere, “A reforma vigorou de março de 1921 a dezembro de 1925. Seu resultado negativo mais

7 Trata-se do Decreto n.3356, de 31 maio de 1921. Artigo 195. - Terão os professores de escola isolada direito a uma gratificação anual de 5\$000 por aluno que alfabetizarem. § 1.º - Considera-se alfabetizado o aluno que souber ler, escrever e contar. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/157181>.

evidente foi o enfraquecimento dos grupos escolares, que eram consideradas as melhores organizações do sistema e que tiveram reduzido seu número de classes e de alunos” (2003, p. 37).

Naquele mesmo Anuário, com o título “Ensino primário – Os programas de ensino de S. Paulo e a idade escolar”, Romano Barreto discorreu sobre a diminuição do tempo escolar, que passou de 4 para 2 anos, apresentando resposta ao seguinte questionamento “Por que as crianças de 7 e 8 anos não podem, agora, ser matriculadas nas escolas públicas?”, quando assim justifica:

Alves dos Santos, da Universidade de Coimbra, na anatomia e fisiologia infantis estabelece para a adolescência, período que vai dos 8 aos 12 anos, a fixação e expansão da personalidade, a sociabilidade e desenvolvimento da vontade, interesses morais e estéticos.

Uma passagem de olhos pela escala das características essenciais que ele apresenta na sua “Educação Nova”, assim como nas escalas de inteligência de Binet e da instrução de Vaney, faz-nos perceber claramente que as idades de 9 e 10 anos marcam bem a transição da inteligência passiva para a ativa, período em que se prepara o espírito para as iniciativas.

Transportemo-nos, de aqui, para os programas de ensino adotados antes e depois da Reforma. E com isso provaremos não ter havido nenhum esfacelamento no aparelho escolar paulista, tendo-se dado, apenas uma aparente diminuição em qualidade e um verdadeiro aumento em quantidade, sem com isso fazer condenações. Na educação popular, como em tudo, há degraus a subir para a perfeição – e a altura de um ponto não nos faz esquecer dos degraus por que passamos. (SÃO PAULO, 1923, p. 64-65).

A obrigatoriedade escolar somente para alunos de 9 a 10 anos implicou na exclusão da escola de crianças de 7 a 8 anos. Esse fato levou Sampaio Dória a pedir demissão em 1921. Para Cavalieri (2003), embora os reformadores estivessem preocupados com a qualidade do ensino ministrada, o que se verificou com a redução do tempo do ensino primário foi a perda da qualidade existente nos grupos escolares.

A reforma de 1920, consubstanciada no decreto 3356 de 1921, assinala a adoção do método intuitivo como base para o ensino primário paulista. No entanto, em conformidade com Carvalho (2000), a reforma adota o “método de intuição analítica”, uma nova interpretação que trazia como fundamento a urgência em alfabetizar a população. Essa nova interpretação do método intuitivo tinha como base a urgência em alfabetizar, trazendo fragmentos das futuras ideias escolanovistas que, mais tarde, seriam defendidas pelas autoridades educacionais brasileiras.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se constatou ao longo deste estudo, embora a Reforma de 1920 tenha

efetivamente reestruturado o ensino primário paulista no que se refere às recomendações feitas pelas autoridades públicas educacionais, em sua essência, permaneceram fiéis ao ideário da pedagogia intuitiva. Com efeito, os livros didáticos recomendados para uso dos professores tinham em sua base uma abordagem intuitiva.

Para justificar as medidas adotadas no que tange à redução do curso primário de quatro para dois anos e a necessidade de alfabetizar a população, foi sugerido o estudo da psicologia aplicada à educação fazendo uso da experimentação em laboratório, para os professores da Escola Normal. Ademais, a reforma de 1920 adotou o “método de intuição analítica”, que trazia traços que podem ser associados às futuras ideias defendidas pelos reformadores escolanovistas brasileiros.

REFERÊNCIAS

CALKINS, Norman Allison. Primeiras lições de coisas. Manual de ensino elementar para uso dos pais e professores. Traduzido e adaptado por Ruy Barbosa. 40 ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227357>. Acesso em: 13 ago. 2015.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Sampaio Dória. Recife: Massangana, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4716.pdf> . Acesso em: 10 fev. 2016.

CAVALIERE, Ana Maria. Entre o pioneirismo e o impasse: a reforma paulista de 1920. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 27-44, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a03v29n1.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2016.

COSTA, David A. A aritmética escolar no ensino primário brasileiro: 1890 – 1946. (Tese de doutoramento em Educação Matemática). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, São Paulo, 2010.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. A mão do autor e a mente do editor. 1 ed. São Paulo: UNESP, 2014.

SILVA, Maria Célia Leme da. Desenho e geometria na escola primária: um casamento duradouro que termina com separação litigiosa. Hist. Educ., Santa Maria, v. 18, n. 42, p. 61-73, Abril, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?>. Acesso em: 10 fev. 2016.

OLIVEIRA, Marcus Aldenison de. Antônio Bandeira Trajano e o método intuitivo para o ensino de arithmetica (1879-1954). Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes. Aracaju/SE. 2013.

SÃO PAULO. Decreto n.3356, 31 maio. 1921. Regulamenta a lei n.1750, 8 dez. 1920, que reforma a instrução pública. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/157181>. Acesso em: 15 fev. 2016.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Diretoria Geral da Instrução Pública. Anuario do ensino do estado de São Paulo (1920-1921). Publicação organizada pela Directoria Geral da Instrucção Publica por ordem do Governo do Estado, São Paulo, 1921. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital. Acesso em: 10 fev. 2016.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Diretoria Geral da Instrução Pública. Anuario do ensino do estado de São Paulo (1922). Publicação organizada pela Directoria Geral da Instrucção Publica por ordem do Governo do Estado, São Paulo, 1922. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital. Acesso em: 10 fev. 2016.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Diretoria Geral da Instrução Pública. Anuario do ensino do estado de São Paulo (1923). Publicação organizada pela Directoria Geral da Instrucção Publica por ordem do Governo do Estado, São Paulo, 1923. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital. Acesso em: 10 fev. 2016.

SÃO PAULO. Lei n.1750, 8 dez. 1920. Reforma a instrução pública do estado. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/157179>. Acesso em: 15 fev. 2016.

VALENTE, Wagner Rodrigues. A Pedagogia Científica e os Programas de Ensino de Matemática para o Curso Primário: uma análise dos documentos do repositório de conteúdo digital, 1930-1950. XI Seminário Temático A Constituição dos Saberes Elementares Matemáticos: A Aritmética, a Geometria e o Desenho no curso primário em perspectiva histórico-comparativa, 1890-1970. Anais... Florianópolis: UFSC, 2014. Disponível em: seminariotematico.ufsc.br/files/2014/03/ATB4_VALENTE_art_DAC.pdf . Acesso em: 12 fev. 2016.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abrigo Institucional 11, 83, 84, 90

Acesso à educação 11, 104

Administração 12, 147, 152, 160, 161, 162, 170, 172, 201

Aprendizagem 2, 5, 24, 29, 31, 35, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 116, 119, 120, 121, 122, 126, 130, 132, 135, 136, 164, 166, 167, 176, 199, 202

Assistência Social 11, 63, 65, 67, 70, 71, 72, 85, 86, 90, 164, 172

Astronomia 140, 141, 142, 143, 145, 147, 148, 149

B

Base Nacional Comum Curricular 11, 13, 16, 17

C

Casa Lar 83, 84, 85, 87, 89, 90

Cidade de São Paulo 11, 63

Colectivo 41, 47, 50

Competências científicas 189

Comunidade Rural 10, 11, 13, 14, 17

Contos de fadas 117

Controle Social 63, 64, 67, 68, 71

Crianças 10, 11, 13, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 34, 36, 37, 38, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 116, 117, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 152, 156, 157, 173, 175, 176, 177

CTSA 10, 31, 32, 34

D

Deficiência Física 11, 74, 75, 76, 79, 81, 82

Desenvolvimento sustentável 10, 31, 32, 33, 34

Dewey 10, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51

Docente 11, 11, 15, 17, 52, 55, 60, 116, 121, 127, 128, 131, 136, 138, 201

E

Educação em saúde 173, 175, 176, 177, 178

Educação feminina 12, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187

Emancipação educacional 52

Ensino de biologia 12, 128, 130, 132, 133

Ensino Superior 11, 12, 1, 2, 3, 4, 8, 9, 14, 27, 52, 53, 55, 56, 60, 62, 74, 104, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 129, 152, 189, 190, 191, 201

Ensino Universitário 26, 62, 104

Escola 10, 14, 15, 17, 19, 20, 21, 22, 25, 31, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 64, 65, 69, 70, 73, 92, 93, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 110, 116, 119, 120, 122, 123, 127, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 167, 169, 173, 175, 176, 178, 180, 189

Escritoras 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102

Estratégias Educacionais 52, 53

Estudos Organizacionais 160, 161, 162, 163, 164, 170, 171, 172

Extensão Universitária 1

F

Filho Idealizado 11, 74, 75, 78, 80, 81, 82

Formação de professores 12, 10, 128, 130, 131, 132, 133, 138, 139, 201

Formação profissional 3, 4, 6, 26, 131, 132

G

Gestão da inovação 52, 54, 57

H

História cultural 92, 158

História da educação 12, 179, 186

I

Infâncias 11, 83, 86, 87, 89, 92

Institucionalização 7, 83, 84, 86, 87

Instituição imaginária 92, 94, 99, 102

Instrução Primária 70, 150

Intencionalidade Pedagógica 19

L

Liberdade de escolha 10, 19

Luto 11, 74, 75, 77, 78, 80, 81, 82

M

Makarenko 10, 40, 41, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51

Matriz Curricular 11

Método Intuitivo 150, 157, 158
Metodologias ativas e criativas 52
Metrô 11, 104, 105, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115
Mobilidade Urbana 104, 106, 109, 113
Modelo teórico-analítico 189, 199
Moradia 10, 31, 32, 33, 39, 68, 85, 105
Mudanças nas práticas universitárias 26

O

Observatório do Valongo 12, 140

P

Paulo Freire 12, 26, 29, 30, 124, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172
Pedagogia 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 172
Percepção Docente 11
Período Integral 19, 22
Pesquisas Científicas 91, 128, 129
Pobreza 63, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 87, 166
Prácticas 41, 44, 46, 49, 50
Primeira República 12, 179, 180, 183, 184, 185, 186
Produção Científica 128, 132, 133, 134, 186
Projeto de extensão 173, 174, 176
Promoção da saúde 173, 175, 177, 178
Proteção Civil 12, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200

Q

Qualificações profissionais 189

R

Recreação 19, 20, 22, 24, 97, 145

S

Saberes Locais 10, 11, 12

T

Telescópio 140, 141, 142, 143, 145, 147, 148
Transdisciplinaridade 12, 4, 160, 161, 162





V

Visibilidade Científica 128

Vivências 6, 24, 26, 27, 83, 84, 87, 95, 126

Educação e a Apropriação e Reconstrução do Conhecimento Científico

3

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Educação e a Apropriação e Reconstrução do Conhecimento Científico

3



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br